Relatório da Administração - 2019

Enel Green Power Cachoeira Dourada

20 de fevereiro de 2020

Relações com Investidores

Raffaele Enrico Grandi

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Isabel Regina Alcantara

Responsável por Relações com Investidores

 $https://www.enel.com.br/pt/investidores.html \mid brasil.investorrelations@enel.com$



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

PERFIL

A Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. é uma geradora hidrelétrica situada no Rio Paranaíba, no município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, distante 240 km de Goiânia. Criada na década de 1950 e constituída como sociedade anônima de capital fechado, foi adquirida em 1997 pelo Grupo Endesa Espanã, e posteriormente, passou a ser controlada pelo Grupo Enel, que possui 99,61% de seu capital total.

Com 658 MW de capacidade instalada, subdivididos em 10 unidades geradoras, possui 394 MWm de energia assegurada. Em 2019, a usina gerou 2.575 GWh (2.071GWh em 2018), de acordo com despacho do ONS.

A usina Cachoeira Dourada conta com 6,3 km de linhas aéreas de transmissão, sendo 2,8 km de média-tensão e 3,5 km de alta-tensão.

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais

	2019	2018	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	658	658	-	0,0%
Energia assegurada (Garantia Fisica) (MW)	394	394	-	0,0%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	2.575	2.071	504	24,3%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	11.131	11.241	(110)	-1,0%
Investimento Total (R\$ Mil)	18.036	11.063	6.973	63,0%

Número de Colaboradores

	2019	2018	Variação	Var. %
Número de colaboradores próprios	106	93	13	14,0%
Número de colaboradores parceiros	95	76	19	25,0%
Total	201	169	32	18,9%

Indicadores Patrimoniais

	2019	2018	Variação	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	1.318.119	1.481.308	(163.189)	-11,0%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	502.436	677.448	(175.012)	-25,8%
Valor patrimonial por ação (R\$)	0,17	0,23	(0,06)	-25,8%

^{*} Valores não auditados pelos auditores independentes



DESEMPENHO OPERACIONAL

O índice de disponibilidade acumulado de 2019 foi de 92,5% (94,5% em 2018). Além da geração própria, a Companhia comprou energia por meio de contratos bilaterais e no mercado *spot* (cerca de 77% da energia vendida).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Valores em R\$ Mil

valores em representation				
	2019	2018	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	2.178.566	2.201.795	(23.229)	-1,1%
Deduções da Receita Bruta	(230.335)	(230.629)	294	-0,1%
Receita Operacional Líquida	1.948.231	1.971.166	(22.935)	-1,2%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(1.674.785)	(1.635.797)	(38.988)	2,4%
EBITDA (1)	337.460	398.552	(61.092)	-15,3%
Margem EBITDA	17,32%	20,22%	-	-2,90 p.p
EBIT (2)	273.446	335.369	(61.923)	-18,5%
Margem EBIT	14,04%	17,01%	-	-2,97 p.p
Resultado Financeiro	30	29.263	(29.233)	-99,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(88.341)	(124.752)	36.411	-29,2%
Lucro Líquido	185.135	239.880	(54.745)	-22,8%
Margem Líquida	9,50%	12,17%	-	-2,67 p.p
Lucro Líquido por ação (R\$)	0,06	0,08	(0,02)	-22,8%

⁽¹⁾ EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

A receita operacional bruta de 2019 apresentou uma diminuição de R\$ 23,2 milhões em relação ao ano de 2018, explicado, principalmente, pela redução do PLD¹ no período, apesar do maior volume comercializado.

Os custos do serviço e despesas operacionais apresentaram um incremento de R\$ 39 milhões em relação ao ano anterior, explicado, principalmente, por maior custo com energia elétrica comprada para revenda, devido à maior volume de energia comercializado, cuja variação registrada foi de R\$ 33,4 milhões em comparação a 2018.

Estas variações resultaram em uma diminuição de 15,3% do EBITDA, que alcançou R\$ 337,5 milhões em 2019 (R\$ 398,6 milhões em 2018).

O resultado financeiro reduziu em R\$ 29,2 milhões, devido, principalmente à (i) menor receita com juros e atualização monetária decorrentes de ativos registrados relativos à venda de energia no mercado de curto prazo, com redução de R\$ 21,7 milhões em 2019; e (ii) maior despesas com atualização financeira do GSF, com uma variação de R\$ 11,8 milhões em relação a 2018.

Em decorrência dos efeitos acima mencionados, o lucro líquido da Companhia encerrou o exercício de 2018 em R\$ 185,1 milhões, 22,8% inferior ao apresentado em 2018 (R\$ 239,8 milhões).

⁽²⁾ EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

¹ Preço de Liquidação das Diferenças

Relatório da Administração





INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2019 somaram R\$ 18,0 milhões, contra R\$ 11,4 milhões no ano anterior. O aumento do investimento deve-se, principalmente, à finalização da reforma completa da turbina da Unidade Geradora 01 (R\$ 8,4 milhões), em conjunto com outras iniciativas de reformas de turbinas e compra de transformador elevador.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

A Enel Green Power Cachoeira Dourada adota uma relação próxima com a comunidade do entorno, dentro da abordagem de Criação de Valor Compartilhado, buscando assim o desenvolvimento sustentável da companhia e da sociedade. A sustentabilidade faz parte não só da natureza do nosso negócio, mas também da nossa estratégia corporativa. Objetivos, metas e indicadores são estabelecidos e monitorados de forma global, por meio dos planos industriais e de sustentabilidade, que também completam as metas assumidas pela empresa para auxiliar no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Enel tem metas diretas para sete ODS: Educação de Qualidade (ODS 4), Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13), buscando assim a geração de valor compartilhado entre a empresa e seus stakeholders. Em 2019, a Enel Green Power Cachoeira Dourada investiu cerca de R\$ 180 mil reais em iniciativas locais beneficiando em torno de 2,2 mil pessoas. De modo a impulsionar a cultura da sustentabilidade no município de Cachoeira Dourada de Goiás - área de influência direta da Companhia - a empresa, por meio do programa Enel Compartilha Atitude Verde, patrocina desde 2016 o projeto Escola Sustentável. O projeto consiste na manutenção de uma "biblioteca ecológica", de uma horta e uma usina de compostagem dentro das instalações da escola, propiciando a produção orgânica de alimentos para o consumo na merenda escolar. Além disso, são realizadas diversas iniciativas em comunidades locais, por meio de palestras, plantio de mudas, coleta de resíduos e ações de cuidado com as margens da represa localizada no município, com a participação de alunos e professores, promovendo a integração escola-comunidade dentro de uma cultura de sustentabilidade.

RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*

Sustentabilidade e Inovação

Guia EXAME de Sustentabilidade 2019 - Eleita em 2018 como a empresa mais sustentável do Brasil. Em 2019, pelo 5º ano consecutivo, a Enel foi uma das melhores empresas de Energia em Sustentabilidade pelo Guia EXAME de Sustentabilidade, e a mais sustentável do Brasil em Direitos Humanos.

Prêmio ODS Pacto Global - A Enel Brasil foi reconhecida com o Prêmio ODS Pacto Global. na categoria Prosperidade, pelo programa Enel Compartilha Empreendedorismo. O case foi um dos 13 vencedores dentre os 800 projetos inscritos. O Prêmio reconhece práticas empresariais e de ensino que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Prêmio Cases de Sucesso Água e Saneamento (ODS6) - Reconhecido no evento The CEO Water Mandate, voltado à gestão corporativa da água, juntamente com outros 12

Relatório da Administração Enel Green Power Cachoeira Dourada 2019



projetos nacionais por meio da publicação "Cases de Sucesso em ODS 6", realizada pela Rede Brasil do Pacto Global. Vencedor na categoria WASH (Água, Saneamento e Higiene) e Direitos Humanos, com o case Enel Green Power – Enel Compartilha Infraestrutura Cisternas e Bioágua Familiar.

Empresa Pró-Ética 2018/2019 – A Enel conquistou, pela 3ª vez consecutiva, o reconhecimento Empresa Pró-Ética do Governo Federal, uma iniciativa realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia empresas em relação à prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio.

Prêmio Nacional de Inovação – Principal reconhecimento no Brasil para promoção da Inovação no setor empresarial. O prêmio se divide em cinco modalidades de acordo com o faturamento das participantes e nas categorias: Gestão da Inovação, Inovação de Produto, Inovação em Processo, Inovação Organizacional e Inovação em Marketing. Nesta edição, a Enel no Brasil venceu a categoria 'Inovação em Marketing".

Prêmio Valor Inovação – A Enel Brasil ficou em 1º lugar na Categoria Energia Elétrica. A pesquisa elegeu 150 empresas baseada em cinco pilares: Intenção (estratégia, visão, cultura e valores), Esforço (recursos, processos, estruturas), Resultado, Citações (reconhecimento do mercado) e Patente (registro de conhecimento).

Prêmio Whow! 2019 – Festival de inovação para negócios realizado no Brasil pela 100 Open Startups, busca cocriar soluções para os verdadeiros desafios da sociedade, reunindo startups, executivos e investidores. A Enel ficou na 2º posição no setor de Energia e Utilities e 29º no Ranking Geral, com destaque para o engajamento e relacionamento com startups.

Empresa Amiga da Criança – A Enel Brasil recebeu pelo 4º ano consecutivo o selo concedido pela Fundação Abrinq em reconhecimento ao engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva e às políticas internas, que incentivam o ingresso de jovens no mercado de trabalho de forma protegida e respeitando a Lei da Aprendizagem.

Pessoas

Prêmio WEPs Brasil 2019 – Companhia reconhecimento no nível Prata entre as Empresas de Grande Porte. A premiação – Empresas Empoderando Mulheres - tem o propósito de incentivar e reconhecer os esforços das empresas que promovem a cultura da equidade de gênero e o empoderamento da mulher no País, sendo reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Prêmio Nacional de Qualidade de Vida – A Enel foi uma das vencedoras da premiação que promove o reconhecimento de empresas que possuem práticas de excelência e obtêm êxito na melhoria da saúde, bem-estar e qualidade de vida de seus colaboradores.

Prêmio Top Employer – Pesquisa independente, avaliando e reconhecendo a Enel Brasil em critérios como condições de trabalho, promoção e desenvolvimento de talento em todos os níveis da empresa, e melhoria contínua e desenvolvimento das práticas de RH.

Relatório da Administração





COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

	2019		2018	
Acionistas	Ações	%	Ações	%
Enel Brasil S.A.	2.914.518.720	99,61%	2.914.518.720	99,61%
Ações em Tesouraria	4.346.357	0,15%	4.346.357	0,15%
Não Controladores	7.185.789	0,24%	7.185.789	0,24%
Total	2.926.050.866	100,00%	2.926.050.866	100,00%

AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2018 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva

Fabio Destefani Campos (interino) Raffaele Enrico Grandi Fabio Destefani Campos Javier Florencio Alonso Perez Raffaele Enrico Grandi Janaina Savino Vilella Carro Cargo vago Ana Claudia Gonçalves Rebello José Nunes de Almeida Neto Anna Paula Hiotte Pacheco

Descrição do Cargo

Diretor Presidente Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle Diretor de Usina Diretor de Gestão de Energia e Comercialização Diretor de Assessoria Tributária Diretora de Comunicação Diretor de Recursos Humanos e Organização Diretora Jurídica Diretor de Relações Institucionais Diretora de Regulação Diretora de Compras

Conselho de Administração

Margot Frota Cohn Pires

Presidente Conselheiro Conselheira

Membros

Nicola Cotugno Francesco Tutoli Anna Paula Pacheco

Relações com Investidores

Isabel Regina Barroso de Alcântara

Contador Responsável

Willian Teles de Souza CRC 1SP266003/O-0

Demonstrações Financeiras

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

31 de dezembro de 2019 com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	. 1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	. 4
Demonstração do resultado	. 6
Demonstração do resultado abrangente	. 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	. 9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000

ey.com.b

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.** Cachoeira Dourada - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Marcelo Felipe L. de Sá Contador CRC-1RJ094644/O-0

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	379.178	216.953
Títulos e valores mobiliários	4	85.508	81.465
Concessionárias e permissionárias	5	364.701	645.163
Tributos a compensar	6	16.859	19.078
Serviços em curso		3.699	3.562
Outros créditos		21.964	20.459
Total do ativo circulante		871.909	986.680
Não circulante			
Depósitos vinculados a litígios	11	25.602	25.058
Outros créditos		3.136	5.986
Imobilizado	7	408.622	456.904
Intangível		8.850	6.680
Total do ativo não circulante		446.210	494.628
Total do ativo		1.318.119	1.481.308

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	185.819	174.677
Salários, provisões e encargos sociais		6.593	5.622
Obrigações por arrendamentos		100	-
Instrumentos financeiros derivativos	17	391	-
Obrigações fiscais	9	43.597	69.076
Dividendos a pagar		401	304
Taxas regulamentares		12.440	9.357
Parcelamento de tributos		-	-
Programa de pesquisa e desenvolvimento		9.918	7.464
Risco hidrológico - GSF	17	499.838	486.787
Cauções e Garantias		27.740	7.297
Outras obrigações		4.045	5.473
Total do passivo circulante		790.882	766.057
Não circulante			
Obrigações por arrendamentos		72	-
Tributos diferidos	9	13.607	25.882
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e ambientais	11	5.048	3.836
Outras obrigações		6.074	8.085
Total do passivo não circulante		24.801	37.803
Patrimônio liquido	12		
Capital social		64.340	64.340
Ações em tesouraria		(278)	(278)
Reserva de capital		346.839	346.839
Reserva de lucros		50.894	200.685
Ajuste de avaliação patrimonial		40.899	65.862
Outros resultados abrangentes		(258)	-
Total do patrimônio líquido		502.436	677.448
Total de mandine e matrim ânia limpida		4 240 442	4 404 202
Total do passivo e patrimônio liquido		1.318.119	1.481.308

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	13	1.948.231	1.971.166
Custo do serviço	14	(1.654.913)	(1.618.609)
Lucro bruto		293.318	352.557
Despesas operacionais Despesas com vendas	14	(11.740)	(8.928)
Despesas gerais e administrativas	14	(8.132)	(8.260)
Total das despesas operacionais		(19.872)	(17.188)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		273.446	335.369
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	37.237	54.651
Despesas financeiras	15	(37.207)	(25.388)
		30	29.263
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social		273.476	364.632
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(100.483)	(136.851)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	12.142	12.099
Lucro líquido do exercício		185.135	239.880
Lucro por ação			
Ação ordinária		0,17955	0,23264
Ação preferencial		0,09770	0,12659

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	185.135	239.880
Perda em instrumentos financeiros derivativos	(391)	-
Impostos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos	133	-
Resultado abrangente do exercício	184.877	239.880

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

				Reservas de capital		Re	servas de Lucro				
	Capital social	Ações em tesouraria	Doações e subvenções para investimentos	Especial Lei nº 8.200/91	Remuneração de imobilizado em curso	Reserva Legal	Reforço de capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	41.444	90.826	-	Ē	550.864
Lucro liquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	239.880	239.880
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	148	148
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(37.824)	-	37.824	-
Tributos diferidos sobre custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	12.860	-	(12.860)	-
Aprovação de dividendos propostos Destinações:	-	-	-	-	-	-	(41.444)	-	-	-	(41.444)
Dividendos Intercalares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(72.000)	(72.000)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	192.992	-	-	(192.992)	- '
Saldos em 31 de dezembro de 2018	64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	192.992	65.862	-		677.448
Lucro liquido do exercício	-		-	-	-	-	-	-	-	185.135	185.135
Dividendos prescritos		-	-	-		-	-	-	-	103	103
Realização do custo atribuído		-	-	-		-	-	(37.823)	-	37.823	-
Tributos diferidos sobre custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	12.860	-	(12.860)	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(192.992)		-		(192.992)
Perda em instrumentos financeiros derivativos								-	(391)	-	(391)
Impostos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos								-	133	-	133
Destinações:											
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.200)	(18.200)
Dividendos Intercalares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(148.800)	(148.800)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	43.201	-	-	(43.201)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	43.201	40.899	(258)	-	502.436

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	185.135	239.880
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais: Tributos e contribuições social diferidos Tributos e contribuições social correntes Provisão para perdas de crédito esperadas Depreciação e amortização Reversão e atualização dos riscos trabalhistas, cíveis e ambientais Atualização das provisão para riscos trabalhistas, cíveis e ambientais Programa de pesquisa e desenvolvimento Atualização financeira e monetária Atualização financeira depósitos judiciais	(12.142) 100.483 147 64.352 (231) 1.865 2.236 33.831 (534)	(12.099) 136.851 (923) 63.181 (844) 3.408 2.182 (21.322) (561)
	375.142	409.753
(Aumento) redução nos ativos operacionais: Contas a receber Tributos a compensar Serviços em curso Depósitos vinculados a litígios Outros ativos (Aumento) redução nos passivos operacionais:	280.315 2.219 (137) (10) 1.345	(344.899) 1.497 (469) (415) 6.536
Fornecedores Obrigações trabalhistas Obrigações fiscais Risco hidrológico - GSF Programa de pesquisa e desenvolvimento Pagamento das provisão para riscos trabalhistas, cíveis e ambientais Cauções e depositos Outras obrigações	11.142 971 2.356 (20.780) 218 (422) 20.443 (230) 672.572	29.257 295 (4.235) 170.444 (172) (18) 7.297 (30) 274.841
Imposto de renda e contribuição social pagos	(128.318)	(140.576)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	544.254	134.265
Fluxo de caixa das atividades de investmento		
Titulo e valores mobiliários Aplicações no imobilizado e no intangível Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.043) (18.032)	(13.972) (11.036)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(22.075)	(25.008)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento mercantil Juros sobre capital próprio pagos Dividendos pagos	(59) (18.200) (341.695)	(113.385)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(359.954)	(113.385)
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	162.225	(4.128)
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercicio Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	216.953 379.178	221.081 216.953
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	162.225	(4.128)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. ("Companhia" ou "EGP Cachoeira Dourada"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rodovia GO 206 – KM 0, Cachoeira Dourada, Goiás, controlada pela Enel Brasil S.A., tem como objeto social a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio. Poderá ainda a Companhia promover ou participar de outras sociedades constituídas para produzir energia elétrica, dentro ou fora do Estado de Goiás, mediante a subscrição de qualquer número de ações ou quotas sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de fevereiro de 2020.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, instrumentos financeiros derivativos e provisões para riscos cíveis, trabalhistas e ambientais.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

2.3. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47"), a aplicação inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2018. A norma estabeleceu um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, este modelo é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas a medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

a) Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de vendas de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada ("energia secundária"), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do PLD e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48, substitui o CPC 38 para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável; e contabilidade de hedge.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, o pronunciamento prevê três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro, com base nas análises realizadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", enquanto a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na Demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

A Nota 16 inclui informações mais detalhadas sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia.

2.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2019, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6. Imobilizado

O ativo imobilizado em serviço é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

2.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com o efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo de duração inferior ou igual a 12 meses a partir da data de adoção inicial (curto prazo), e (ii) arrendamento para qual o ativo subjacente é de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado a seguir:

3.	01.01.2019
Adoção Inicial	
Ativo	322
Passivo	(322)
Circulante	(116)
Não circulante	(205)

Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:	31.12.2019
Despesa com depreciação e amortização	(86)
Receita de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	65
Resultado do serviço (Lucro bruto)	(21)
Despesas financeiras	(22)
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	15
Total - impacto na despesa líquida	(28)

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais de R\$ 23, líquido na rubrica de "outras obrigações", e uma redução nas atividades de financiamento de R\$ 59 uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de obrigações por arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Interpretação ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- ▶ Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais:
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

As demais normas emitidas e/ou alteradas iniciadas em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data não trouxeram impactos às demonstrações financeiras da Companhia.

2.9. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e/ou alteradas já emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras não são aplicáveis as atividades operacionais do Grupo e por conta disso o Grupo não possui a expectativa de que produza qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e contas correntes bancárias Aplicações financeiras Aplicações diretas	6.535	2.266
CDB - Certificado de Depósito Bancário	249.076	168.920
Operações compromissadas	96.480	225
Total de Aplicações Diretas	345.556	169.145
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	27.087	45.542
Total de fundos exclusivos	27.087	45.542
Total das aplicações financeiras	372.643	214.687
Total de caixa e equivalentes de caixa	379.178	216.953

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

4. Títulos e valores mobiliários

Instituição financeira	31/12/2019	31/12/2018
Fundos de investimentos não exclusivos Fundos de investimentos exclusivos	27.332	4.856
Títulos públicos	43.568	76.609
LF - Letra financeira	14.608	-
Total de títulos e valores mobiliários	85.508	81.465

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Concessionárias e permissionárias

				To	otal
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias Mercado Curto Prazo	133.605 4.319	311 8.777	1.865 208.365	135.781 221.461	162.118 439.041
Partes relacionadas (vide nota 10)	4.422	3.403	3.137	10.962	49.001
Subtotal	142.346	12.491	213.367	368.204	650.160
Provisão para perdas de crédito esperadas			(3.503)	(3.503)	(4.997)
Total circulante	142.346	12.491	209.864	364.701	645.163

Em dezembro de 2019, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados para a instituição financeira na data da transação com valor de face de R\$ 47.443, com deságio de R\$ 134.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo risco hidrológico. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise destas contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo início de exercício	(4.997)	(5.920)
Adição Baixa de incobráveis	(147) 1.641	923
Saldo final do exercício	(3.503)	(4.997)

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída nos valores a receber ou saldo da dívida parcelada, a analise realizada pela Companhia é determinada através de avaliações individuais aplicando premissas e políticas consistentes , bem como julgamentos adequados sobre os valores a receber de seus clientes, avaliando os riscos associados a cada cliente e a probabilidade deste deixar de honrar com àquilo que é estabelecido no contrato celebrado entre as partes, essa análise é feita desde o reconhecimento inicial do direito de receber a contraprestação financeira pelo serviço prestado e produto vendido. Adicionalmente, a Companhia também considera no modelo de determinação de perda esperada a existência de garantias reais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Tributos a compensar

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social	16.651	16.349
PIS e COFINS	5	2.455
ICMS	203	274
Total	16.859	19.078

Na rubrica de "Imposto de renda e contribuição social", a Companhia possui saldos de REFIS pagos a maior entre os períodos de 2014 e 2015 no montante de R\$ 8.598, com expectativa de realização ao longo de 2020.

7. Imobilizado

			31/12/2019			31/12/2018			
Descrição	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido		
Reservatórios	50	243.081	(182.829)	60.252	243.081	(178.191)	64.890		
Terrenos		1.163	-	1.163	1.163		1.163		
Edificações	35	108.746	(91.571)	17.175	108.746	(90.132)	18.614		
Máquinas e equipamentos	22	2.249.130	(1.977.759)	271.371	2.239.619	(1.919.861)	319.758		
Veículos	6	1.019	(917)	102	1.019	(867)	152		
Móveis e utensílios	12	1.859	(1.774)	85	1.859	(1.751)	108		
Total do imobilizado em serviço		2.604.998	(2.254.850)	350.148	2.595.487	(2.190.802)	404.685		
Imobilizado em andamento		58.352	<u>-</u>	58.352	52.219		52.219		
Total do imobilizado em curso		58.352	-	58.352	52.219	-	52.219		
Ativo de direito de uso		208	(86)	122	_	-	-		
Total do ativo de direito de uso		208	(86)	122	-	-	-		
Total do imobilizado		2.663.558	(2.254.936)	408.622	2.647.706	(2.190.802)	456.904		

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	31/12/2018	Adoção Inicial	Adições	Remensuração	Baixa (Depreciação)	Depreciação	Transferências	31/12/2019
Reservatórios	64.890		-	-	-	(4.638)	-	60.252
Terrenos	1.163	-	-	-	-		-	1.163
Edificações	18.614	-	-		-	(1.439)	-	17.175
Máquinas e equipamentos	319.758	-	-	-	-	(57.898)	9.511	271.371
Veículos	152	-	-	-	-	(50)	-	102
Móveis e utensílios	108	-	-	-	-	(23)	-	85
Imobilizado em andamento	52.219	-	15.644	-	-	-	(9.511)	58.352
Ativo de direito de uso	-	322	-	(114)	-	(86)	-	122
Total	456.904	322	15.644	(114)		(64.134)		408.622

Reversão dos bens à União

Conforme a subcláusulas 2ª e 3ª da cláusula 11 do contrato de concessão nº 11/1997, assinado pela Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. e ANEEL em 12 de setembro de 1997, estabelece que no advento do termo, os bens e as instalações vinculados à concessão de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por fiscalização da ANEEL. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles realizados pela concessionária e efetivamente utilizados na geração de energia elétrica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Energia	102.492	97.164
Encargo de uso da rede	12.695	10.942
Materiais e serviços	20.401	16.224
Partes relacionadas (vide nota 10)	50.231	50.347
Total	185.819	174.677

9. Obrigações fiscais e tributos diferidos

Obrigações fiscais	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL (a)	32.135	59.969
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	7.558	5.508
COFINS	2.811	2.731
PIS	602	580
Outros Impostos	491	288
	43.597	69.076

a) O saldo em 31 de dezembro de 2019 é composto por provisões para imposto de renda (R\$73.826) e contribuição social (R\$26.656) a pagar, líquidas das antecipações efetuadas no montante total de R\$ 68.347 (sendo R\$43.800 de imposto de renda e R\$24.547 de contribuição social).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

			31/12/2019			31/12/2018		Receita (D	espesa)	
			Ativo	Ativo não	Passivo	Ativo	Ativo não	Passivo		
Natureza das operações	Partes relacionadas	Vigência	circulante(*)	Circulante (*)	circulante(*)	circulante(*)	circulante(*)	circulante(*)	31/12/2019	31/12/2018
	Ampla Energia e Serviço S.A.		-	-	-	19	-	-	-	(473)
Venda de Energia	COELCE - Companhia Energética do Ceará	Até o final da concessão	-	-	-	25	-	-	-	(136)
	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade De Sao Paulo S.A.		891					618	12.113	
	Ampla Energia e Serviço S.A.		183	-	13	225	-	-	-	-
	CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.		-	-	13	-	-	-	-	-
	COELCE - Companhia Energética do Ceará		1.167	-	75	-	-	-	-	-
Compartilhamento de Staff	Enel Green Power Volta Grande S.A. Enel Brasil S.A	Fevereiro de 2024	738 12	-	-	-	-	-	-	-
			12 1.445	-	5	1.108	-	-	-	-
	Enel Green Power Brasil Participacoes Ltda Eletropaulo Metropolitana Eletricidade De Sao Paulo S.A.		1.445	-	5	1.108	-	-	-	-
	CELG Distribuição Goiás		18	-	-	-	-	199	-	-
Transporte de Energia	Enel CIEN S.A.	Até o final da concessão			56	<u>-</u>		66	(745)	(752)
Transporte de Eriergia	Enel Brasil S.A	Ate o ililai da concessao			972			2.106	(143)	(912)
Compartilhamento de Infraestrutura	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade De Sao Paulo S.A.	Fevereiro de 2024	_	-	55	_	_	2.100		(312)
	CELG Distribuição Goiás		_	-	-	_	-	43		-
Licença de Sistemas	Enel Italia Srl IT	Até o final da concessão			699			382		
Expatriado	Endesa SA	Março de 2019 até Fevereiro de 2021			596				(596)	
-	CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.					29.779			533.511	141.359
	Enel Green Power Volta Grande S.A.		-	-	-	-	-	2.839	(201.620)	(46.256)
	Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.		-	-	16.723	-	-	-	(16.723)	-
	Isamu Ikeda Energia S.A		-	-		-	-	-	13	-
	Quatiara Energia S.A		-	-	260	-	-	556	(2.759)	(3.151)
	Socibe Energia S.A		-	-	3.020	529	-	715	(17.260)	(2.849)
	CELG Distribuição Goiás		-	-	915	-	-	704	(8.777)	7.247
	Enel Green Power Emiliana Eólica AS		471	433	2.198	1.303	826	2.908	(14.690)	(12.570)
	Enel Green Power Joana Eólica AS		318	314	1.393	766	599	817	(14.409)	(8.014)
	Enel Green Power Pau Ferro Eólica AS		568	552	1.138	561	1.053	951	(16.742)	(15.104)
	Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica AS		557	521	2.603	765	995	1.189	(22.416)	(14.316)
	Enel Green Power Tacaicó		213	207	825	286	395	459	(9.899)	(7.577)
	Enel Green Power Modelo I Eólica AS		563	665	1.564	459	1.269	1.276	(18.981)	(17.727)
Compra/Venda de Energia	Enel Green Power Modelo II Eólica AS	Até o final da concessão	641	445	1.495 628	783 847	848	1.140 3.320	(14.793)	(10.839)
Compra/venda de Energia	Enel Green Power Cabeça de Boi AS Enel Green Power Dois Riachos Eólica AS	Ate o final da concessão	-	-	628 776	953	-	1.073	(7.401) (5.591)	(27.988) 206
	Enel Green Power Fazenda AS		-	-	584	794	-	2.822	(6.785)	(22.070)
	Enel Green Power Delfina B Fólica S.A		4		1.452	745		2.770	(22.067)	(17.621)
	Enel Green Power Delfina C Eólica S.A		-	-	554	397	_	536	(5.178)	(5.119)
	Enel Green Power Delfina D Eólica S.A		_		1.964	1.005		2.544	(25.042)	(20.573)
	Enel Green Power Delfina E Eólica S.A		_	-	1.778	1.005	-	2.562	(23,101)	(20.597)
	Enel Green Power Boa Vista Eolica S.A.		_	_	2.385	503	_	1.601	(26.147)	(8.296)
	Enel Green Power Morro do Chapéu I Eolica S.A.		-	-	1.535	-	-	1.912	(12.404)	(23.698)
	Enel Green Power Morro do Chapéu II Eolica S.A.		-	-	1.561	-	-	2.713	(11.803)	(16.308)
	Enel Green Power São Abraão Eolica S.A.		-	-	2.232	159	-	1.913	(26.203)	(11.375)
	Enel Green Power Cristalandia I Eólica S.A		-	-		-	-	4.104	(1.967)	(44.661)
	Enel Green Power Cristalandia II Eólica S.A		-	-	-	-	-	1.942	(5.317)	(20.942)
	Enel Green Power Paranapanema S.A		-	-	164	-	-	164		-
	Enel Green Power Salto Apiacas AS							3.403		(40.073)
·	Total		7.825	3.137	50.231	43.016	5.985	50.347	6.221	(271.185)

^{*} Esses valores são classificados como contas a receber (concessionárias e permissionárias) e fornecedores, respectivamente (vide Notas 5 e 8).

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2.473 (R\$ 1.877 em 2018). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31/12/2018		31/12/2019				
	Saldo		Atualização			Saldo	
	acumulado	Adições	monetária	Pagamentos	Reversão	acumulado	
Trabalhistas	2	1	-	-	-	3	
Cíveis	834	41	(129)	(422)	(273)	51	
Ambientais	3.000	-	1.994	-	-	4.994	
Total	3.836	42	1.865	(422)	(273)	5.048	

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Principais riscos possíveis

Contribuição social sobre o lucro - compensação de saldo de base negativa

A Companhia ajuizou ação declaratória, com pedido de depósito do valor integral do débito, para discutir judicialmente a autuação da Receita Federal do Brasil sobre a compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A Companhia aguarda o julgamento de seu recurso especial apresentado ao Superior Tribunal de Justiça e o montante do processo atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 20.090 (R\$19.731 em 2018).

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	10	9
Cível	409	409
Fiscais	25.183	24.640
	25.602	25.058

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia possuía a seguinte composição acionária, para 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Ordinárias		Preferencia	is	Total		
	Quantidade	%	Quantidade %		Quantidade	%	
Enel Brasil S.A.	1.025.858.888	99,49	1.888.659.832	99,67	2.914.518.720	99,60	
Ações em tesouraria	-	-	4.346.357	0,23	4.346.357	0,15	
Minoritários	5.261.772	0,51	1.924.017	0,10	7.185.789	0,25	
Total	1.031.120.660	100	1.894.930.206	100	2.926.050.866	100	

b) <u>Dividendos</u>

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	185.135	239.880
Reversão de dividendos prescritos	103	148
Realização do custo atribuído	24.963	24.964
Lucro ajustado	210.201	264.992
Juros sobre capital próprio	18.200	-
Dividendos intercalares	148.800	72.000
Reserva de reforço de capital de giro	43.201	192.992
	210.201	264.992

A Companhia deliberou na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de agosto de 2019, o pagamento de dividendos no montante de R\$ 44.000, sob a forma de dividendos intercalares e R\$ 2.000, sob forma de juros sobre capital próprio.

Em 24 de junho de 2019, Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos no montante de R\$ 64.500, sob a forma de dividendos intercalares e R\$ 10.500, sob forma de juros sobre capital próprio.

Em 19 de novembro de 2019, Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos no montante de R\$ 40.300, sob a forma de dividendos intercalares e R\$ 5.700, sob forma de juros sobre capital próprio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os dividendos pagos durante os exercícios, por classe de ação estão demonstrados a seguir:

Juros sobre capital					Dividendos adicionais		
	pró	próprio		intercalares	propostos		
Tipo de aplicação	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Ações ordinárias	6.414	-	52.436	25.372	15.224	68.009	
Ações preferenciais	11.786		96.364	46.628	27.977	124.983	
Total	18.200	-	148.800	72.000	43.201	192.992	

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 10% ao ano, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído, sempre que houver lucro líquido suficiente na apuração do resultado do exercício findo.

c) Reserva legal

A Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei 6.404/76 onde a soma das reservas de capital e a reserva legal excedeu 30% do capital social.

d) Reservas de capital

As reservas para doações e subvenções para investimentos e reserva especial Lei 8.200, referem-se a reservas provenientes da cisão que originou a Companhia. Nesta cisão ocorreu a transferências de bens patrimoniais do sistema de geração da usina hidroelétrica de cachoeira dourada.

13. Receita líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta		
Suprimento de energia elétrica	2.175.957	2.199.299
Outras receitas	2.609	2.496
Total da receita bruta	2.178.566	2.201.795
Dedução da receitas bruta		
PIS	(35.955)	(36.338)
COFINS	(165.608)	(167.373)
Pesquisa e desenvolvimento	(5.590)	(5.456)
Reserva global de reversão	(7.350)	(7.412)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(2.143)	(2.985)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(13.689)	(11.065)
Total das deduções da receita bruta	(230.335)	(230.629)
Receita líquida	1.948.231	1.971.166

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Custo e despesas operacionais

	Custo de serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais administrativas	31/12/2019	Custo de serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais administrativas	31/12/2018
Pessoal	15.170	10.358	1.614	27.142	13.594	9.067	1.951	24.612
Administradores	414	1.050	1,218	2.682	270	578	1.158	2.006
Material	1.226	-	129	1.355	1.314		34	1.348
Serviços de terceiros	11.230	185	4.178	15.593	10.402	201	3.983	14.586
Energia elétrica comprada para revenda	1.503.513	-	-	1.503.513	1.473.226	-	-	1.473.226
Transporte de potência de energia	51.777	-	-	51.777	49.006	-	-	49.006
Depreciação e amortização	63.666	-	348	64.014	62.820	-	363	63.183
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e ambientais	-	-	(231)	(231)	-	-	(994)	(994)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	147	-	147	-	(923)	-	(923)
Outras despesas operacionais	7.917	-	876	8.793	7.977	5	1.765	9.747
Total	1.654.913	11.740	8.132	1.674.785	1.618.609	8.928	8.260	1.635.797

Os créditos fiscais de PIS e COFINS referente aos custos de serviço em 2019, totalizaram R\$ 158.917 (R\$ 155.509 em 2018).

15. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	20.191	17.100
Atualização depósitos judiciais	534	560
Variações monetárias ativas	648	520
Juros e atualização Monetaria de mercado curto prazo	17.231	38.923
Outras receitas financeiras	441	213
Pis e cofins sobre receitas financeiras	(1.808)	(2.665)
Total das receitas financeiras	37.237	54.651
Despesas financeiras		
Variações monetárias diversas	(322)	227
Despesas bancárias	(24)	(37)
Atualização financeira sobre pagamentos	(56)	(88)
Atualização das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e ambientais	(1.865)	(149)
Atualização financeira GSF	(33.831)	(21.939)
Outras despesas financeiras	(1.109)	(3.402)
Total das despesas financeiras	(37.207)	(25.388)
Total do resultado financeiro	30	29.263

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Impostos de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31/12	/2019	31/12/2018		
	Imposto de	Contribuição	Imposto de	Contribuição	
	renda	social	renda	social	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	273.476	273.476	364.632	364.632	
Reversão de juros sobre capital proprio	(18.200)	(18.200)	-	-	
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%	
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-	
	(63.795)	(22.975)	(91.133)	(32.817)	
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo					
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(787)	(284)	(121)	(44)	
Incentivos fiscais	193	-	47	-	
Remuneração das imobilizações em curso	(797)	-	(797)	-	
Outros	104	-	113	-	
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(65.082)	(23.259)	(91.891)	(32.861)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	(73.827)	(26.656)	(100.787)	(36.064)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.745	3.397	8.896	3.203	
Total	(65.082)	(23.259)	(91.891)	(32.861)	
Total efeito no resultado		(88.341)		(124.752)	

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre 100% do lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20/mês.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido passivo está registrado no valor de R\$ 21.069, sobre o valor do efeito do custo atribuído ao ativo imobilizado da Companhia. O saldo deste passivo começou a ser realizado a partir de 2015, bem como os montantes relativos ao ativo diferido passaram a ser constituídos quando a Companhia passou a ser tributada pelo lucro real com o término do REFIS.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balanços Patrimoniais		Demonstrações do Resultado e Resultado Abrangente		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
IR e CS sobre diferenças temporárias - resultado	7.331	8.049	(718)	(761)	
Provisão para ações judiciais e regulatórias	941	473	468	141	
Remuneração das imobilizações em curso	5.781	6.578	(797)	(797)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40	128	`(88)	(314)	
Arrendamentos	15	-	15	- ′	
Outras	554	870	(316)	209	
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - resultado	(21.071)	(33.931)	12.860	12.860	
Custo atribuído	(21.071)	(33.931)	12.860	12.860	
Subtotal - Impacto no resultado de exercício	(13.740)	(25.882)	12.142	12.099	
IR e CS sobre diferenças temporárias - resultado abrangente Derivativos	133 133		133 133		
Total	(13.607)	(25.882)	12.275	12.099	

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 10 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

Sendo que a recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia.

Segue expectativa de realização:

2020	2021	2022 a 2025	2026 a 2028	2029	Total
1.470	905	3.659	1.320	110	7.464

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos do mercado.

Fatores de risco

Em sintonia com a gestão financeira e melhores práticas para minimização de riscos financeiros, bem como observar os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de risco que podem afetar seus negócios:

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e instituições financeiras. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes, bem como pela política de gerenciamento financeiro administrado pela tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nas Notas 3, 4 e 5.

b) Risco hidrológico

De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional ("SIN") é gerado por Usinas Hidrelétricas ("UHE"). A Companhia está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém registrado no passivo circulante o montante de R\$ 499.838 (R\$ 486.787 em 2018), correspondente ao período de junho de 2015 até dezembro de 2019, dos quais R\$ 71.628 referem-se a despesa financeira com atualização monetária (IGP-M).

Atualmente encontra-se no Senado para aprovação final, o Projeto de Lei 3.975/19, já aprovado na Câmara dos Deputados, que permitirá a extensão das concessões hidrelétricas, em troca do abandono de ações judiciais iniciadas pelas gerações hidrelétricas e pagamento de recursos financeiros retidos.

A expectativa é que o projeto de lei seja aprovado em 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valorização dos instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários registrados nas demonstrações financeiras estão contabilizados a valor de mercado.

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

			31/12/2	019	31/12/2018	
	Categoria	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo		·				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	379.178	379.178	216.953	216.953
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	85.508	85.508	81.465	81.465
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	2	364.701	364.701	837.394	837.394
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	185.819	185.819	366.908	366.908
Intrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	391	391	-	-
Risco hidrológico - GSF	Custo amortizado	2	499.838	499.838	486.787	486.787

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ▶ Nível 1 Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumento financeiro derivativo

A estimativa do valor de mercado das operações de NDFs foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 (anteriormente denominada BM&FBOVESPA) na posição de 31 de dezembro de 2019. O valor de mercado dos instrumentos financeiros (NDFs) de 31 de dezembro de 2019 foi negativo no valor de R\$ 391.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção das flutuações do câmbio e do fluxo de pagamento de importação de energia em moeda estrangeira e proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2019 havia 4 (quatro) contratos de NDFs de dólar a fim de diminuir a exposição às flutuações da moeda estrangeira conforme demonstrado abaixo:

					Valores de Refrência						
					Moeda Estrangeira	Moeda Local	Valor Justo	Efeito Acumulado até 31/12/2019			
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	31/12/19	31/12/19	31/12/19		receber ebido		a pagar/ ago
Contratos de derivativos:											
(+) Ativo				USD			R\$ 5.546				
(-) Passivo	Bradesco	03/12/19	15/01/20	BRL	USD 1.384	R\$ 5.578	R\$ 5.816	D.A.		Dê	070
(=) Ajuste							-R\$ 270	R\$	-	-R\$	270
(+) Ativo				USD			R\$ 2.089				
(-) Passivo	Bradesco	10/12/19	15/01/20	BRL	USD 521	R\$ 2.100	R\$ 2.156				
(=) Ajuste							-R\$ 67	R\$	-	-R\$	67
(+) Ativo				USD			R\$ 1.360				
(-) Passivo	Bradesco	10/12/19	13/02/20	BRL	USD 341	R\$ 1.374	R\$ 1.408				
(=) Ajuste							-R\$ 48	R\$	-	-R\$	48
(+) Ativo				USD			R\$ 312				
(-) Passivo	Bradesco	17/12/19	13/02/20	BRL	USD 78	R\$ 314	R\$ 318				
(=) Ajuste							-R\$ 6	R\$	-	-R\$	6

Operações de NDFs

Os NDFs foram contratados com o Banco Bradesco protegendo os pagamentos de importação de energia de janeiro e fevereiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, os custos não realizados dos NDFs totalizavam posição passiva no valor justo de R\$ 391 e a contrapartida deste montante está reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O vencimento do NDF ocorrerá conforme descrito abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	Total	
NDF BRLxUSD	337	54	391	
	337	54	391	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças na moeda estrangeira da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade no hedge da Companhia estabelecida com uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos aos contratos de Swap da companhia.

		Cenári	o + 25%	Cenário + 50%		
	·		Efeito líquido		Efeito líquido	
Contrato	Provável	Cenário	no resultado	Cenário	no resultado	
NDF	400	(1.938)	(2.338)	(4.277)	(4.677)	
Total	400	(1.938)	(2.338)	(4.277)	(4.677)	

18. Participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos, metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador.

O montante dessa participação reconhecido no resultado do exercício de 2019 foi de R\$ 2.645 (R\$ 2.103 em 2018).

19. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

	Data de vigência		Importância	Limite máximo de		
Riscos	De	Até	segurada	indenização		
Risco operacional	01/11/2019	31/10/2020	R\$ 3.000.604	R\$ 4.441.200		
Responsabilidade civil	01/11/2019	31/10/2020	N/A	R\$ 79.642		